



## MUNICÍPIO DE BORBA

Praça da República - 7150-249 Borba . Telef.: 268 891 630 . Fax: 268 894 806 . e-mail: angelo.sa@cm-borba.pt  
http://www.cm-borba.pt - Contribuinte n.º 503 956 546

### ACTA N.º.15/2004 REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BORBA REALIZADA NO DIA 11 DE AGOSTO DE 2004

Aos onze dias do mês de Agosto do ano de dois mil e quatro, no Salão Nobre dos Paços do Concelho da Vila de Borba, reuniu pelas dez horas a Câmara Municipal de Borba, com a presença dos vereadores eleitos pelo Partido Socialista, Artur João Rebola Pombeiro e Humberto Luís Russo Ratado, vereadores eleitos pela CDU Joaquim José Serra Silva e Vicente Manuel Ameixa Ermitão, sob a Presidência do Sr. Dr. Ângelo João Guarda Verdades de Sá, Presidente da mesma Câmara.-----

Como secretária à reunião esteve presente a funcionária Aldina Vitória Bilro Vinhas do Maio, Assistente Administrativa Especialista da Câmara Municipal de Borba.-----

#### Movimento Financeiro-----

Foi distribuído e presente o resumo diário de tesouraria do dia dez de Agosto de 2004, que acusa um total de disponibilidades de **222.042,40 (duzentos e vinte e dois mil quarenta e dois euros e quarenta cêntimos)**.-----

#### ----PONTO 1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA--

##### Ponto 1.1 – Assuntos Gerais de interesse para a autarquia-----

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião e perguntou ao restante executivo se tinha algum assunto geral de interesse para a autarquia que pretendesse apresentar.-----

Usou da palavra o vereador Artur Pombeiro, referindo que lhe chegou ontem, às mãos, mais um panfleto anónimo com o nome (Gazeta do Comité). Frisou que se trata de mais um documento vergonhoso, à semelhança de outros que têm saído, e a ideia com que fica é de que alguém anda a querer brincar e a querer colocar pessoas umas contra as outras. Tal como o vereador Humberto Ratado referiu, noutra reunião, estes

documentos são feitos por pessoas de má fé. Referiu que repudia esta forma de fazer política e solicitou ao Sr. Presidente que envie o documento e lhe dê o mesmo caminho que deu aos outros. A verdade é que fica entristecido quando vê fazer política desta maneira, quando não há razão nem qualquer fundamento para que isto esteja a acontecer. Deixa aqui expresso o seu repúdio veemente para as pessoas que têm tempo para fazer este tipo de panfletos – o PS está aqui para trabalhar – rematou.-----

Entretanto, usou da palavra o vereador Humberto Ratado realçando a sua intervenção aquando da última vez que saiu um documento deste tipo. Deixa aqui expressa a sua mágoa quanto ao aparecimento deste documento, e concorda plenamente com as palavras referidas pelo vereador Artur Pombeiro – Sublinhou: “isto é inqualificável”.-----

Usou também da palavra o vereador eleito pela CDU, Vicente Ermitão, referindo que viu este documento há muito pouco tempo e muito ao de leve, no entanto, pode dizer que há tantos anos que faz parte da política e nunca viu papéis de uma baixeza tão grande. “O mundo que estamos a atravessar “dos Doutores, dos Engenheiros, etc.”, com gente com tanta cultura, é caso para deixar qualquer pessoa repudiada e entristecida quando se enfrentam documentos desta natureza. Entende que para se fazer política não é preciso desconsiderar ninguém, devemos sim julgar-nos a nós e fazermos o melhor que sabemos para que as pessoas nos possam depois julgar também a nós. Sou uma pessoa que ando na política, desde o 25 de Abril, com seriedade, e nunca vi papéis tão vergonhosos – custa-me ver coisas desta natureza. Vinha muito bem disposto para esta reunião, quando vi este papel a vontade com que fiquei foi de abandonar isto tudo – rematou o vereador Vicente Ermitão”.-----

Usou da palavra o Sr. Presidente referindo que a veemência com que repudiou os outros documentos que já saíram e o que fez aos outros é o que vai fazer a este. “Concordo plenamente com tudo o que foi dito, considero este documento uma grande baixeza, vergonhoso, tal como todos os outros. Concordo, plenamente com o que foi dito pelo vereador Vicente Ermitão, ou seja, desde o 25 de Abril nunca ninguém fez comunicados deste tipo. Informou que não esperou por esta reunião de Câmara para tomar uma decisão e já enviou este panfleto para a Judiciária e para o Ministério Público. Está mesmo a pensar pedir uma reunião, porque anda a ficar farto de teatros e de coisas deste género – rematou o Sr. Presidente”.-----

Entretanto, usou da palavra o vereador Joaquim Serra, referindo que não se vai pronunciar sobre este documento “Gazeta do Comité”. Faz apenas uma pergunta: se ele chegou à Câmara oficialmente via correio? – O Sr. Presidente respondeu que chegaram 3 cartas à Câmara , uma para ele, outra para o vereador Humberto e outra para o vereador Artur, com o carimbo de Estremoz, ou seja, tal como recebeu o primeiro comunicado, que saiu, deste

género. Informou que mandou dar-lhes o carimbo de entrada e recolheu-os imediatamente, para quando a Judiciária vier, se é que vem, lhos entregar.-- O vereador Joaquim Serra sublinhou: “não me vou pronunciar sobre o conteúdo deste documento, pelo simples facto de que está a ser movida uma “queixa crime” sobre este assunto. Vai entrar em segredo de justiça e, como tal, como vou assinar a queixa crime não me quero meter nisso, mas a partir dessa queixa crime há gente que vai ser incomodada e, depois, doa a quem doer, porque para além de ser crime o facto de a fazerem, também é crime o facto de a distribuírem. Há pessoas que foram vistas a distribuí-los e essas de certeza que vão ser incomodadas, e pelo menos a proveniência dos papéis têm que a justificar. Referiu ainda o seguinte: O Mundo que se está a viver – este tipo de comunicados anónimos e ofensivos ultrapassa tudo aquilo que são os limites da liberdade e da cidadania. Todos nós temos direitos e deveres para com a Sociedade – uns querem, efectivamente, desenvolvê-los e desempenhá-los e empenham-se, não podendo ser julgados desta forma por aqueles que não o querem fazer. O que me parece é que isto tem objectivos que são desmobilizar as poucas pessoas que andam mobilizadas nestas causas públicas para que efectivamente se criem vazios, para mostrar que não é a democracia o melhor sistema mas, nós, aqueles que queremos defender o sistema democrático temos que dizer que é ao contrário – porque isto que aqui está é um apelo à não participação e à não cidadania, ao contrário daquilo que deve ser a mobilização para a participação e incentivar as pessoas a participar. Quem é que quer participar em coisas em que vê a sua vida familiar e a sua vida profissional enxovalhada deste forma? Ninguém concerteza. Eu, por mim, digo: podem sair todas as gazetas todos os papéis desde que não sejam assinados, a mim não me afectam – os que forem assinados estou cá para justificar os actos e o que fiz ou que não fiz. Estou cá para os discutir com as pessoas, porque quando tomamos uma decisão certamente tomamo-la da melhor forma para a causa pública, se não for a mais acertada temos que a discutir e temos que a julgar, mas não é desta forma. Por outro lado parece-me que havendo, por parte da maioria desta Câmara, esta repulsa para este tipo de comunicado, já deveria ter havido uma palavra de solidariedade ou um comunicado de solidariedade para com os trabalhadores que são visados desta forma neste comunicado. Já não digo o mesmo para os políticos porque os políticos estão aqui por opção e estão sujeitos a isto (embora também não faça muito sentido) mas para os trabalhadores, que estão a trabalhar em prol de uma entidade patronal, verem a sua vida enxovalhada desta forma com estes ataques – é muita imprudência. Por isso a proposta que faço é que o executivo tome uma posição escrita de solidariedade e de confiança para com os trabalhadores que viram os seus nomes envolvidos nesta Gazeta do Comité”.

Interveio o Sr. Presidente esclarecendo que não fez isto que o vereador Serra propõe para os funcionários, tal como não fez para os outros, pois não é a primeira vez que os funcionários estão enxovalhados desta maneira, aliás, os funcionários estão enxovalhados em todos os comunicados que têm aparecido.-----

O vereador Joaquim Serra referiu que embora apareçam nomes nos outros documentos não estão direccionados como estão neste último. No entanto, a posição é a mesma, por isso reforça a proposta – deverá haver para com os funcionários uma posição escrita de solidariedade e de confiança para com esses trabalhadores.-----

Usou ainda da palavra o vereador Artur Pombeiro, referindo que também concorda com o vereador Vicente Ermitão quando diz que é a primeira vez desde o 25 de Abril que isto acontece. Compartilha um pouco da ideia do vereador Joaquim Serra quando diz que há a intenção de desmobilizar forças políticas, e a democracia faz-se com o exercício das forças políticas, por isso é necessário que existam forças políticas que tenham de facto a liberdade de se exprimir em todas as formas e em todos os contornos porque os objectivos não são todos iguais. A verdade é que este tipo de documentos só pode ser de pessoas que não querem fazer nada nem nunca tiveram interessadas em fazer qualquer coisa por Borba e, de uma forma ou de outra, criticam e ofendem ora uns ora outros porque não têm a frontalidade de se identificar. É fácil ofender e criticar nas costas, porque na frente nem todos têm essa coragem. A coragem têm que a ter os políticos de se enfrentar uns aos outros e, isso uma vez verificasse melhor do que outras, com mais ou menos razão, mas os políticos fazem isso frontalmente e com coragem. Agora, descer ao nível com este tipo de documentos, parecem coisas desenterradas do lodo que não têm qualquer justificação e falar mais sobre isto é gastar tempo a mais.-----

Para concluir, o Sr. Presidente esclareceu que em relação a este documento não teve conhecimento que tivesse havido, dentro da Câmara, qualquer tipo de distribuição. Teve esse conhecimento do primeiro documento que saiu, tanto mais que mandou levantar um inquérito, acabando por não se chegar a qualquer conclusão. Referiu ainda que em relação a outro documento também teve conhecimento que houve distribuição nos serviços, mas como o inquérito do primeiro não teve qualquer efeito, entendeu não mandar levantar mais nenhum inquérito. Se há distribuição, ou não, fora do edifício da Câmara não sabe. Informou que, há poucos dias, fez um artigo para o Jornal Terras Brancas sobre este assunto e lembrou os documentos anónimos que saíram: 9 Borba News, um Zé de Borba, um Gazeta do Comité e um relativo à Adega Cooperativa de Borba.-----

**Seguidamente o Sr. Presidente apresentou uma Moção**, que leu de imediato e, que colocou à votação. A Moção, que ficará anexa a esta acta, reporta-se à não concordância com o eventual encerramento da Direcção

Regional do Alentejo do INE. Foi analisada por todo o executivo que deliberou, por unanimidade, a sua aprovação e o seu envio para: Presidente da República, Primeiro Ministro, Direcção Regional do INE, Câmaras Municipais do Distrito de Évora e Comunicação Social.-----  
Entretanto o Sr. Presidente perguntou ao executivo se tinha mais algum assunto para apresentar. Nenhum eleito apresentou mais nenhum assunto, tendo o Sr. Presidente passado ao ponto seguinte.-----

### **Proposta de alteração à Ordem do Dia**-----

O Sr. Presidente apresentou a seguinte proposta de alteração à ordem do dia: que sejam incluídos os seguintes pontos: “Venda de Lotes Habitacionais destinados a habitação própria e permanente de jovens: a) Abertura de Concurso Limitado; alínea b) Nomeação da Comissão de Avaliação das Candidaturas” e “Revisão do Plano de Pormenor da Zona Industrial do Alto dos Bacelos – Período de Discussão Pública”.-----

Depois do Sr. Presidente apresentar a proposta os vereadores eleitos pela CDU referiram que não concordam com a inclusão do ponto “Revisão do Plano de Pormenor da Zona Industrial do Alto dos Bacelos – Período de Discussão Pública”, porque não faz sentido iniciar o período de discussão pública quando o órgão executivo ainda não o discutiu.-----

Entretanto o Sr. Presidente frisou que o Plano já esteve várias vezes nesta sala, inclusivamente com todos os dossier’s, à disposição de todos os membros do executivo. Entretanto o vereador Joaquim Serra referiu que isto não tem nada a ver com a discussão do Plano, o que ainda não aconteceu em nenhuma reunião de Câmara, ou seja, a proposta entrar num ponto da ordem de trabalhos para o executivo se debruçar sobre ela – e só depois disto é que pode ir para discussão pública.-----

O Sr. Presidente referiu que se é assim que o vereador Joaquim Serra entende, está aqui proposto este ponto que pode muito bem ser hoje analisado e discutido. Mesmo assim, o vereador Joaquim Serra referiu que para discutir o Plano tinha que o ver com alguma antecedência. O Sr. Presidente realçou: “como quer o vereador Joaquim Serra que eu considere que está a fazer política séria...então o Sr. acha que o facto do Plano não ter sido discutido em reunião de Câmara tem alguma implicação que não se façam alterações durante o período de discussão pública”. “a proposta que vai a discussão pública tem que ser a proposta aprovada pelo Órgão Executivo que é a Câmara Municipal e, neste momento, não há nenhuma proposta aprovada pela Câmara – salientou o vereador Joaquim Serra”.-----

O Sr. Presidente referiu ter muitas dúvidas em relação a isso porque, de acordo com a legislação, entende que não tem que ser deliberado.-----

O vereador Joaquim Serra perguntou de quem é a proposta que vai para discussão pública, tendo o Sr. Presidente respondido que a proposta é da

Câmara. “então se a proposta é da Câmara tem que ser aprovada, porque se a Câmara não a tiver aprovado não é proposta é sim um conjunto de elementos, e só passará a proposta depois deste órgão executivo a aprovar e só depois a colocaria à discussão pública – frisou o vereador Joaquim Serra”. Acrescentou ainda o vereador Joaquim Serra, que segundo lhe parece, (embora não tenha a certeza) a discussão pública é depois de ter sido aprovada pela Assembleia Municipal. Entretanto o Sr. Presidente referiu que não é assim, contudo vai buscar a legislação para melhor se certificar. Munido da legislação, o Sr. Presidente referiu que a Lei é clara e passou a ler o n.º 4 do artigo 77º do Decreto-Lei n.º 310/2003 de 10 de Dezembro. Tendo em conta o referido neste artigo, o Sr. Presidente considera que a proposta é aprovada pela Assembleia Municipal depois de decorrida a discussão pública. Referiu, porém, que só assim é que faz sentido – não faria sentido aprovar-se uma proposta que depois poderá ser alterada.-----

Insistiu o vereador Joaquim Serra que tem que haver uma proposta, ou seja, a proposta não pode ser a da empresa tem que ter um dono. A empresa fez uma proposta para a Câmara e a Câmara tem que aprovar ou não essa proposta. Entretanto o Sr. Presidente referiu que não é isso que está escrito na Lei, e lembrou: a proposta foi adjudicada a uma empresa que a elaborou, foram consultadas as entidades representativas dos interesses a ponderar que emitiram os seus pareceres. Com base nesses pareceres a CCDRA emitiu parecer favorável à Revisão do Plano e é isto que a lei exige.-----

Entende o vereador Joaquim Serra que a Câmara pode não concordar com a proposta da empresa e mandá-la alterar e nem sequer ir à discussão pública. Pois a discussão pública é para as pessoas se pronunciarem sobre a proposta da Câmara, se não há uma proposta da Câmara como é que as pessoas se vão pronunciar – pergunta o vereador Joaquim Serra.-----

O Sr. Presidente voltou a reforçar que a proposta existe, está elaborada, com pareceres emitidos pelas entidades competentes e a na Lei nada diz que tem que ser aprovada pela Câmara. Realçou: “não percebo qual é o problema, que o vereador Serra tanto levanta, em que o Plano vá agora para discussão pública. “Porque não conheço nenhuma proposta concreta do Plano, porque não conheço o regulamento e, não compreendo como vai enviar-se para discussão pública uma coisa que não se conhece. – referiu o vereador Joaquim Serra”.-----

O Sr. Presidente perguntou como é possível o vereador Joaquim Serra dizer que não conhece nenhuma proposta, quando sabe perfeitamente que os documentos estiveram neste salão várias vezes e todos os eleitos os viram e os últimos mapas que o vereador Joaquim Serra lhe pediu foram os mapas do PDM. Realçou que a proposta é a que já foi vista diversas vezes. Quanto ao regulamento, foi negociado com a CCDRA e, como o vereador Joaquim

Serra sabe a CCDRA, nestes casos, até acaba por decidir muito mais que a própria Câmara. Referiu ainda que está disposto a alterá-lo, no caso de haver alterações significativas da população. “é para isso que serve a discussão pública – referiu o vereador Joaquim Serra”.

O Sr. Presidente frisou que para o vereador Joaquim Serra é muito fácil falar, no entanto é obrigado a dizer aquilo que não pretendia, ou seja: “é aquilo que a CDU fez quando o PDM esteve em discussão: houve reclamações que não foram aceites, porque provavelmente eram contra a Lei e a Câmara não as podia aprovar”.

“Foram ponderadas pela Comissão de Acompanhamento – têm que ser ponderadas antes de se decidir sobre elas e é para isso que serve a discussão pública – referiu o vereador Joaquim Serra”. Está, no entanto, a defender uma coisa que se foi tratada quando ele ainda ele não estava na Câmara.

Entretanto o Sr. Presidente frisou que, infelizmente, a CDU já lhe ensinou a fazer política e o obrigaram a usar algumas “artimanhas” que a CDU usa.

O vereador Joaquim Serra referiu: “artimanhas”, que eu conheça, na CDU não se utilizam, se o Sr. Presidente as utiliza, que assuma aquilo que diz”.

O Sr. Presidente realçou que “artimanhas” é entendido como este tipo de argumento que está a utilizar.

O vereador Joaquim Serra realçou: “então se o Sr. Presidente estivesse na oposição, deixava passar esta questão sem que conhecesse o regulamento, porque isto é um regulamento – e veja o que fez com os outros regulamentos, ou seja: mandou algum para discussão pública sem que tivesse sido aprovado pela Câmara. Tal como já lhe disse, volto a dizer: a Câmara não é o Sr. Presidente, o Sr. vereador Humberto e o Sr. vereador Artur – a Câmara é composta por cinco membros e aquilo que vincula a Câmara é a decisão do órgão”.

“Mas tem maioria – referiu o Sr. Presidente”.

“O Sr. até pode fazer aquilo que quiser, tem o poder do voto, não pode é impedir que a oposição se debruce sobre os instrumentos e que dê a sua opinião – referiu o vereador Joaquim Serra”.

“Mas alguém impediu que a oposição se debruce seja sobre o que for – perguntou o Sr. Presidente”.

“O vereador Joaquim Serra respondeu que ao não criar um espaço de debate numa ordem de trabalhos de uma reunião para debater concretamente a Revisão do Plano de Pormenor, a proposta da empresa, a proposta da comissão de acompanhamento, está a tirar-nos a possibilidade de intervir – ou quer que nós enquanto vereadores vamos intervir no período de discussão pública – perguntou o vereador?”

“Mas qual é o problema – perguntou o Sr. Presidente”.

“O vereador Joaquim Serra respondeu: não é nenhum, eu posso sempre fazê-lo, no entanto, vou dizer que enquanto eleito nesta casa tenho que

utilizar a figura da discussão pública dum Plano para me debruçar sobre um assunto que o Órgão se deveria debruçar” .-----

“O Sr. Presidente referiu que está a ver, politicamente, o que o senhor vereador Joaquim Serra está a querer dizer com isto, ou seja: se não se aprovar agora este assunto, a discussão pública prolonga-se – já não vai à Assembleia de Setembro – só já vai à de Dezembro – são mais três meses perdidos – perguntou então se é isso que o vereador Serra quer para o concelho?” .-----

“O vereador Joaquim Serra realçou que não quer isso para o concelho, e sempre lhe disse que não queria isso, e logo quando o Senhor abriu a “porcaria” daquele concurso que fez para o Plano....que não serve para nada e agora tem que pagar Planos de Pormenor” .-----

“O Senhor Presidente frisou: o vereador Joaquim Serra deveria ter tento na língua, porque eu nunca o tratei dessa forma – nunca lhe disse que aquilo que o Sr. faz é porcaria” .-----

“Está a dizê-lo agora, que eu quero travar a Revisão do Plano – isso é como se me tratasse da mesma forma” .-----

Entretanto, o vereador Joaquim Serra solicitou ao Sr. Presidente que visse bem esta questão, porque se a decisão for de incluir este ponto, ele opõe-se à inclusão do mesmo. O Sr. Presidente referiu que com três votos favoráveis e dois votos contra a proposta pode ser aprovada.-----

No entanto, o vereador Joaquim Serra considera que neste caso, 3 votos a favor e 2 votos contra, não permite que a proposta possa ser aprovada.-----

O Sr. Presidente voltou a referir que esta questão já tinha sido vista noutra situação idêntica e, de acordo com a Lei, isto é possível.-----

O vereador Joaquim Serra referiu que não fica convicto, com o que diz o Sr. Presidente.-----

Entretanto o Sr. Presidente pediu informação e, mediante, essa informação que lhe foi transmitida pela CCDRA e confirmada telefonicamente pela ANMP, justificou a inclusão deste ponto, referindo que dois terços de cinco são 3.-----

**Assim, o Sr. Presidente, colocou à votação a proposta de inclusão na ordem de trabalhos do ponto “Revisão do Plano de Pormenor da Zona Industrial do Alto dos Babelos – Período de Discussão Pública”, tendo a mesma sido aprovada por maioria com três votos a favor e dois votos contra, por parte dos vereadores eleitos pela CDU que apresentaram a seguinte declaração de voto: “os vereadores da CDU votam contra a proposta de alteração à ordem de trabalhos, relativamente à inclusão do 2º ponto “Revisão do Plano de Pormenor da Zona Industrial do Alto dos Babelos – Período de Discussão Pública” pelos seguintes motivos: não compreendem como é possível abrir-se um período de discussão pública de uma Revisão de um Plano, que no fundo é um regulamento, sem que a Câmara Municipal tenha aprovado qualquer proposta. Assim, não**



*sabemos qual é a proposta que vai para discussão pública – desconhecemos estes elementos e por isso não podemos estar de acordo com a introdução deste ponto na ordem de trabalhos. Por outro lado, lamentamos que a importância que o Sr. Presidente dá à inclusão deste ponto na ordem de trabalhos, que tem a ver, como disse anteriormente, com prazos para a sua apresentação na Assembleia Municipal, não tenha tido a mesma preocupação para integrar na ordem de trabalhos que foi distribuída há três dias atrás. Como é lógico não nos parece que a preocupação tenha surgido só após o fim-de-semana. Por outro lado pensamos que a utilização da maioria, (3 votos a favor e 2 votos contra) para alterar esta ordem de trabalhos, contraria a legislação que prevê que a ordem de trabalhos pode ser alterada com uma maioria de dois terços e não de três quintos”.*-----

Entretanto o Sr. Presidente, esclareceu o seguinte: “em relação à decisão tomada da inclusão deste ponto, foi com base numa chamada telefónica feita para a ANMP que nos informou que as alterações à ordem do dia podem ser tomadas, sendo legal, com três votos favoráveis e dois votos contra, ou seja, os dois terços de cinco pessoas serão 3. Relativamente à legislação, tenho uma interpretação diferente da do vereador Joaquim Serra, porque a Câmara tem que aprovar o Plano após o período de discussão pública para depois enviar para a Assembleia Municipal. Por último, queria dizer que a necessidade da inclusão deste ponto na ordem de trabalhos se fica a dever ao facto de, apenas ontem, ter recebido um fax da CCDRA a dar “luz verde” para o avanço deste Plano e porque resultou de grande pressão que eu tenho exercido junto da CCDRA no sentido de desbloquear este Plano, porque dele estão dependentes candidaturas aos Fundos Comunitários e, se não formos rápidos a tomar este tipo de decisões, esses fundos podem ser perdidos e Borba pode ficar penalizada”.-

## **-----PONTO 2. ORDEM DO DIA -----**

Assim a Ordem do Dia passou a ser a seguinte:-----

Ponto 2.1 – Aprovação da Acta nº. 13/2004-----

Ponto 2.2 – Requerimentos-----

Ponto 2.3 – Nomeação de um representante da autarquia para o Núcleo Local de Inserção de Borba.-----

Ponto 2.4 – Abertura de Concurso Público para execução da empreitada de ampliação do Mercado Municipal.-----

Ponto 2.5 – Apresentação de candidaturas:-----

1- Plano de Pormenor da Unor 2.-----

2- Recuperação do Cine-Teatro Municipal.-----

Ponto 2.6 – Aprovação de trabalhos de substituição na empreitada da ETAR da Parreira.-----

Ponto 2.7 – Atribuição de subsídios: Moto Clube de Borba, e Comissão de Festas de Nossa Senhora da Vitória - Barro Branco.-----  
Ponto 2.8 – Protocolo de colaboração entre a CCDRA e a Câmara Municipal de Borba para instalação de um Infoponto no Âmbito do Projecto “Alentejo Digital/Sistema de Informação Regional.-----  
Ponto 2.9 – Mudança de localização do Eléctrico-Bar.-----  
Ponto 2.10 – Implantação da Fonte das Servas.-----  
Ponto 2.11 – Venda de Lotes Habitacionais destinados a habitação própria e permanente de Jovens:-----  
    a) Abertura de Concurso Limitado.-----  
    b) Nomeação da Comissão de Avaliação das Candidaturas.-----  
Ponto 2.12 – Revisão do Plano de Pormenor da Zona Industrial do Alto dos Bancelos – Período de Discussão Pública.-----  
Ponto 2.13 – Actividades da Câmara.-----

## **PONTO 2.1 – APROVAÇÃO DA ACTA N.º 13/2004 -----**

Previamente distribuída por todos os eleitos, e após a introdução de algumas correcções, **a Acta n.º 13/2004, foi aprovada por maioria**, com quatro votos a favor e uma abstenção por parte do vereador Vicente Manuel Ameixa Ermitão, por não ter participado na reunião.-----

## **PONTO 2.2 – REQUERIMENTOS-----**

Relativamente aos requerimentos apresentados, por proposta do vereador Artur Pombeiro, a Câmara Municipal tomou as seguintes deliberações:-----

### **a) Programa Borba Branca Borba Limpa 2004-----**

Processo: **02/04** -----

Requerente: **Carlos Cordeiro Capeto**-----

Morada: Travessa Vale Cerejeiras, 5 R/CE – Setúbal-----

Local: Rua José de Sousa Carvalho, n.º.8 – Borba-----

Comparticipação da CMB – **110,85 €** -----

**Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a participação a suportar pela Câmara Municipal de Borba.**-----

Processo: **03/04** -----

Requerente: **Maria Joana Avó Coxixo**-----

Morada: Rua Combatentes do Ultramar, n.º.6 – Borba-----

Local: Rua Combatentes do Ultramar, n.º.6 – Borba-----

Comparticipação da CMB – **104,50 €** -----

**Foi deliberado, por unanimidade, a comparticipação a suportar pela Câmara Municipal de Borba.**-----

Processo: **04/04** -----

Requerente: **José Francisco Menino D'Ouro**-----

Morada: Rua de S. Francisco, nº.30 – Borba-----

Local: Rua de S. Francisco, nº.30 – Borba-----

Comparticipação da CMB – **62,43 €** -----

**Foi deliberado, por unanimidade, a comparticipação a suportar pela Câmara Municipal de Borba, condicionada à mudança da cor do edifício para cor branca.**-----

Processo: **05/04** -----

Requerente: **Agostinho Luís Pombeiro**-----

Morada: Rua Rodrigo da Cunha Ferreira, nº.20 – Borba-----

Local: Rua Rodrigo da Cunha Ferreira, nº.20 – Borba-----

Comparticipação da CMB – **224,98 €** -----

**Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a comparticipação a suportar pela Câmara Municipal de Borba, condicionada à utilização das cores tradicionais do rodapé.**-----

### **PONTO 2.3 – NOMEAÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA AUTARQUIA PARA O NÚCLEO LOCAL DE INSERÇÃO DE BORBA**-----

Considerando que a Lei nº.13/2003, de 21 de Maio, cria o Rendimento Social de Inserção e instituiu os Núcleos Locais de Inserção como entidades incumbidas de aprovar programas de inserção, organizar meios inerentes à sua prossecução e ainda acompanhar e avaliar a respectiva execução, propõe-se que ao abrigo do nº.3 do artº.33 do referido diploma legal seja indicado um representante para integrar o Núcleo Local de Inserção deste Município.-----

**Analisada a proposta, foi deliberado, por maioria, com três votos a favor e duas abstenções, por parte dos vereadores eleitos da CDU, nomear o vereador Humberto Luís Russo Ratado como representante para integrar o Núcleo Local de Inserção deste Município.**-----

### **PONTO 2.4 – ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO PARA EXECUÇÃO DA EMPREITADA DE AMPLIAÇÃO DO MERCADO MUNICIPAL.**-----

Presentes todos os elementos técnicos do projecto de execução referentes à Empreitada de Ampliação do Mercado Municipal, bem como o Programa de Concurso e Caderno de Encargos.-----

A empreitada será realizada por preço global, com valor orçamentado de 598.974,64 € (quinhentos e noventa e oito mil novecentos e setenta e quatro euros e sessenta e quatro cêntimos), e englobará trabalhos de: Arquitectura; Redes de águas e esgotos domésticos e pluviais; Estabilidade e Electricidade e detecção de incêndios.-----

Propõe-se proceder à abertura de Concurso Público para a execução da referida obra, bem como a aprovação do Programa de Concurso e do Caderno de Encargos-----

Conforme estipulado no nº.1 do artº.60 do Dec-Lei nº.59/99 de 02 de Março, propõe-se que sejam designadas as seguintes comissões de acompanhamento do concurso:-----

***Comissão de Abertura do Concurso:***-----

Presidente – Maria Rosa Ramos Grades – Chefe de Secção.-----

Secretário – Vera Cristina Duarte Santos – Assistente Administrativa-----

Ana Maria Guégués Barroso – Assistente Administrativa Especialista-----

***Comissão de Análise de Propostas:***-----

Presidente - Engº António Carlos da Silveira Menezes Nerra Marques-----

Arqª Renata Maria Bandeira da Silva-----

Dr. Nuno Miguel Batalha Cavalheiro-----

A proposta foi colocada à discussão e o vereador Joaquim Serra perguntou ao Sr. Presidente se é possível facultar-lhe o saldo da rubrica 07.01.03.03. O Sr. Presidente respondeu que, neste momento, é impossível, porque os funcionários responsáveis estão de férias. Perguntou ao vereador Joaquim Serra para que quer esta informação?-----

“Para saber se há dinheiro para abrir o Concurso – respondeu o vereador Joaquim Serra”. -----

“É claro que há, mas se não houver faz uma alteração orçamental – referiu o Sr. Presidente.-----

“Mas, deveria tê-la feito antes – referiu o vereador Joaquim Serra”.-----

“Se não houver dinheiro, até tratar da questão do concurso ainda há tempo para a fazer. Contudo, se não houvesse dinheiro o economista tinha-o alertado para isso – referiu o Sr. Presidente”.-----

O vereador Joaquim Serra frisou que só está a pedir elementos que são necessários para poder tomar uma decisão sobre este ponto.-----

Entretanto o Sr. Presidente pediu elementos aos serviços de contabilidade para satisfazer o solicitado pelo vereador Joaquim Serra. Chegadas os elementos, o Sr. Presidente esclareceu que a informação que lhe acabou de ser fornecida pelos serviços é que a rubrica existe em Orçamento e PPI. A verba orçamental é insuficiente mas, na melhor das hipóteses, só em Dezembro é que a obra será adjudicada, e o Tribunal de Contas exige que a

verba seja suficiente para pagar os orçamentos desse ano. Uma vez que só será adjudicada em Dezembro e, estando previstos 50.000 Euros, 10.000 contos chegam perfeitamente para o tipo de trabalhos a fazer.-----

**Seguidamente o Sr. Presidente colocou a proposta à votação, tendo sido deliberado, por maioria, com três votos a favor e dois votos contra a sua aprovação.**-----

Os eleitos da CDU votaram contra e apresentaram a seguinte declaração de voto: “1º - nunca foi apresentado, nem nunca foi aprovado por esta Câmara o respectivo projecto. 2º - porque consideram a verba base para o Concurso Público, cerca de 600.000 Euros, uma verba demasiado exagerada para o tipo de obras que seriam necessárias naquele espaço. Votam ainda contra, por já terem sido feitos trabalhos nesta nova empreitada, sem que nada seja referido.-----

## **PONTO 2.5 – APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS:-----**

### **1) Plano de Pormenor da Unor 2-----**

Para efeitos de aprovação, a Câmara Municipal propõe apresentar à CCDRA, no âmbito do PORA, a Candidatura do Projecto de “Intervenção em Espaço Rural para o Plano de Pormenor da UNOR 2”, cujo valor global corresponde a 50.575,00 (cinquenta mil quinhentos e setenta e cinco euros).-----

Depois de analisar a candidatura, o vereador Joaquim Serra perguntou ao Sr. Presidente a que empresa foi adjudicado e em que modalidade.-----

O Sr. Presidente respondeu, que foi adjudicado à FBO, quando à modalidade terá que primeiro perguntar aos serviços competentes. No entanto, o Sr. vereador pode estar descansado que foi tudo feito dentro da legalidade.-----

Entretanto o vereador Joaquim Serra referiu que gostaria de consultar o processo de adjudicação. Referiu ainda que depois de terem sido gastos 17.000 contos num estudo global, que não era necessário, estão agora a gastar mais 10.000 contos num dos Planos de Pormenor.-----

Por sua vez o Sr. Presidente esclareceu e referiu que já disse pela sexta ou sétima vez que tudo aquilo que foi feito foi, por instruções da CCDRA, no sentido de tentar avançar o mais rapidamente possível com o Plano de Pormenor do Alto dos Bacos e deu as mesmas instruções para o caso da ADC, que na Zona dos Mármorez ainda Câmara nenhuma tem pronto. Acrescentou ainda que tudo o que foi feito foi para desbloquear e para desenvolver o concelho.-----

Entretanto o vereador Joaquim Serra frisou que tudo o que se tem feito nesta Câmara tem sido para desenvolver o concelho e todos os que por cá passaram fizeram por isso.-----

**Seguidamente o Sr. Presidente colocou a proposta à votação tendo sido deliberado, por unanimidade, a apresentação da Candidatura do Projecto de “Intervenção em Espaço Rural para o Plano de Pormenor da UNOR 2”, cujo valor global corresponde a 50.575,00 (cinquenta mil quinhentos e setenta e cinco euros).** Os vereadores eleitos pela CDU referiram que votaram a favor da apresentação da candidatura, porque sabem que o Plano de Pormenor é necessário, no entanto, consideram que estão a gastar dinheiro desnecessário porque o que está a ser feito poderia ter sido feito no início. Estão, mais uma vez, a aprovar a apresentação de uma candidatura que não tem verba nem no Orçamento, nem nas Grandes Opções do Plano e o Sr. Presidente vai ter que fazer um alteração orçamental para arranjar este dinheiro.-----

## **2) Recuperação do Cine-Teatro Municipal-----**

Para efeitos de aprovação, **a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, apresentar à CCDRA, no âmbito do PORA, a Candidatura do Projecto de “Recuperação do Cine-Teatro Municipal”, cujo valor global corresponde a 391.609,09 (trezentos e noventa e um mil seiscentos e nove euros e nove cêntimos)**-----

## **PONTO 2.6 – APROVAÇÃO DE TRABALHOS DE SUBSTITUIÇÃO NA EMPREITADA DA ETAR DA PARREIRA.-----**

Os trabalhos (a mais) de execução da vedação da “ETAR” da Parreira previam, no seu ponto 9, a execução de dois muros em alvenaria para suporte do portão e para fixação das caixas de contagem da electricidade.--- Na tentativa de tornar mais fácil a montagem das caixas de contagem, propõe-se a colocação destas nas paredes da casa de apoio às bombas, sendo que a tipologia do portão a aplicar não exige uma parede em alvenaria para suporte deste.-----

**Desta forma para apoio do portão propõe-se que, em vez do muro em alvenaria, sejam colocados dois postes metálicos tubulares, sendo que o valor dos trabalhos é igual.**-----

A proposta foi analisada e discutida e o vereador Joaquim Serra referiu estranhar muito que quase passado um ano e meio da conclusão desta obra, apareça agora uma proposta de troca de trabalhos quando deveriam ter vindo na altura.-----

**O Sr. Presidente colocou a proposta à votação tendo sido deliberado, por maioria, com três votos a favor e duas abstenções, a sua aprovação.**-----

Os vereadores eleitos pela CDU abstiveram-se por não entenderem este desfasamento entre a realidade e as coisas. Entretanto o Sr. Presidente lembrou que este desfasamento entre a realidade e as coisas são exactamente iguais a uma factura que ele recebeu para pagar livros de uma Feira do Livro que se realizou em 2001.-----

O vereador Joaquim Serra realçou: “já os podia ter pago”.-----

Por sua vez o vereador Artur Pombeiro quis lembrar ao vereador Joaquim Serra que, no caso deste ponto, há que ter em atenção a entrada de técnicos e a saída de outros, situação que leva sempre a alguns desfasamentos. Contudo, lembrou também que, no mandato anterior também houve desfasamentos, como por exemplo: em relação à Horta dos Pelomes “a obra do telhado da casa do rendeiro da Horta” que só ao fim de um ano e tal se conseguiu apurar a verdade dos factos.-----

“Mas a questão da Horta dos Pelomes foi uma obra por administração directa – explicou o vereador Joaquim Serra”.-----

“Então o vereador Joaquim Serra esqueceu-se que houve uma factura que foi paga ao empreiteiro Sr. Heitor Azeitona – referiu o vereador Artur Pombeiro”.-----

“O Sr. Presidente salientou que o vereador Joaquim Serra sabe até demais o que o vereador Artur Pombeiro está a falar e, em relação a este assunto, até pode acrescentar que a requisição foi feita no dia em que ele tomou posse (04 de Janeiro/02) e assinada por ele, dia 7 de Janeiro/02, dia em que iniciou funções (...isto significa que o Sr. Heitor trabalhou durante o fim-de-semana...).-----

O vereador Artur Pombeiro concluiu referindo que o vereador Joaquim Serra pode considerar que há aqui algum desfasamento – não lhe dá a razão e lembra-lhe apenas estas situações que se passaram anteriormente, porque se aceitaram, discutiram e, com boa vontade, resolveram-se em conjunto.--

## **PONTO 2.7 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS: MOTO CLUBE DE BORBA, E COMISSÃO DE FESTAS DE NOSSA SENHORA DA VITÓRIA - BARRO BRANCO.**-----

**A Câmara Municipal de Borba deliberou, por unanimidade, atribuir os seguintes subsídios:**-----

### **Moto Clube de Borba**-----

- Apoio para pagamento do espectáculo de Free Style, inserido na 2ª concentração motociclista do Moto Clube de Borba, no valor de 950 Euros (novecentos e cinquenta euros)-----

### **Comissão de Festas em Honra de Nossa Senhora da Vitória – Barro Branco**-----

- Apoio logístico-----

- 800 Euros para actuação da Banda Filarmónica do Centro Cultural de Borba.-----
- 200 Euros para apoio ao Fogo de Artifício.-----

**PONTO 2.8 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE A CCDRA E A CÂMARA MUNICIPAL DE BORBA PARA INSTALAÇÃO DE UM INFOPONTO NO ÂMBITO DO PROJECTO “ALENTEJO DIGITAL/SISTEMA DE INFORMAÇÃO REGIONAL.-----**

Previamente distribuída por todo o executivo, esteve presente a **Minuta de Novo Protocolo a estabelecer entre a CCDRA e a Câmara Municipal de Borba**, para a instalação de um Infoponto do âmbito do Projecto “Alentejo Digital/Sistema da Informação Regional”, cuja aprovação se propõe.-----

O Sr. Presidente explicou tratar-se de um Protocolo que já foi assinado, anteriormente. Trata-se agora de uma minuta para um novo protocolo, que se não for assinado terá que se devolver o equipamento. Perguntou então se alguém, tinha alguma questão a colocar. O vereador Joaquim Serra referiu não ter nada conta a celebração de novo protocolo. O equipamento que existe deve estar a funcionar no âmbito do “Alentejo Digital/Sistema da Informação Regional”, mas a celebração de novo protocolo deve-se também ao facto da ferramenta que está instalada ter mudado e terem que ser feitas alterações, por isso considera que a Câmara deve continuar a assinar este protocolo.-----

**O Sr. Presidente colocou e proposta à votação tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a Minuta de Novo Protocolo a estabelecer entre a CCDRA e a Câmara Municipal de Borba, para a instalação de um Infoponto do âmbito do Projecto “Alentejo Digital/Sistema da Informação Regional”.-----**

Depois do Protocolo assinado ficará cópia do mesmo anexa a esta acta dela fazendo parte integrante.-----

**PONTO 2.9 – MUDANÇA DE LOCALIZAÇÃO DO ELÉCTRICO-BAR.-----**

Tendo em conta a continuidade das obras do Jardim Municipal a Espaço Lúdico, torna-se necessária a mudança da localização do Eléctrico-Bar que ali se encontra instalado. Assim, propõe-se a instalação do mesmo na Zona de Espaços Verdes do Bairro 1º de Maio.-----

Depois de apresentar a proposta o Sr. Presidente informou ter reunido com o responsável pelo Eléctrico-Bar e chegaram a acordo com a mudança do Eléctrico para o espaço acima designado.-----



Entretanto o vereador eleito pela CDU, Joaquim Serra referiu que esta é uma situação que deveria ser bem analisada porque o espaço onde o eléctrico se encontra instalado foi através de uma concessão de espaço público. Essa concessão, deve estar registada e, foi feita no tempo em que o responsável pelo Eléctrico-Bar era o Sr. Letras.-----

Entretanto o Sr. Presidente informou que já pesquisou essa situação e não encontrou nenhuma decisão sobre este assunto. Contudo o vereador Joaquim Serra referiu que, na altura, quando fazia parte da Assembleia recorda-se desta situação ter sido tratada, por isso deve constar, pelo menos em actas da Assembleia Municipal e, deve existir uma concessão de espaço, que não é gratuita.-----

O Sr. Presidente voltou a referir que não encontrou nada sobre o assunto.--- Por sua vez o vereador Joaquim Serra referiu que se não existe nada, entende que este caso não deve ser tratado nos mesmos moldes. Por isso, entende que, a Câmara deveria primeiro decidir a concessão do espaço e só depois decidir a mudança da localização, ou seja, a Câmara tem que previamente tratar com a consultora jurídica a concessão de um novo espaço de instalação, devendo ficar tudo salvaguardado: os prazos, as condições, para quem são as benfeitorias, etc. Referiu ainda que seria melhor verificarem se existe alguma decisão anterior, ou não, porque se não houver é muito mais complicado, porque a concessão de espaço público tem que ser feita através de concurso público e não se pode mudar a instalação do equipamento, se não houve nenhuma decisão anterior.-----

**Assim, decidiu-se que a aprovação deste ponto transite para a próxima reunião de Câmara aguardando parecer jurídico.**-----

## **PONTO 2.10 – IMPLANTAÇÃO DA FONTE DAS SERVAS.**-----

É intenção da Câmara Municipal de Borba proceder à implantação da Fonte no Largo das Servas/Freiras.-----

Tendo em conta a informação técnica o projecto encontra-se aprovado pelo IPPAR desde 07 de Julho de 2004 e existe viabilidade para a instalação da rede de águas e esgotos e trabalho de calceteiro no local onde a Fonte vai ser implantada. Assim propõe-se a sua implantação.-----

**Analisada a proposta, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a implantação da Fonte do Largo das Servas/Freiras.**-----

## **PONTO 2.11 – VENDA DE LOTES HABITACIONAIS DESTINADOS A HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE DE JOVENS:**-----

### **a) Abertura de Concurso Limitado**-----

Tendo em conta o Regulamento para venda de Lotes Habitacionais para Jovens, a **Câmara Municipal deliberou, por unanimidade**, a abertura de Concurso Limitado para apresentação de Candidaturas, para venda dos seguintes lotes de terreno:-----

**Loteamento Habitacional da Zona da Nave - NORA-----**

Lote n.º	Área (m <sup>2</sup> )	N.º de Pisos	Utilização	Valor da adjudicação
2.6	198.00	2	Habitação Unifamiliar	14.000 €
2.7	198.00	2	Habitação Unifamiliar	14.000 €

**b) Nomeação da Comissão de Avaliação das Candidaturas-----**

**Para o efeito, foi ainda deliberado, por unanimidade, nomear a seguinte Comissão de Avaliação das Candidaturas:-----**

. Maria Rosa Ramos Grades – Chefe de Secção.-----

. Nuno Miguel Batalha Cavalheiro – Economista-----

. Paulo Alexandre Pereira Massas – Técnico Profissional de 1ª Classe-----

**PONTO 2.12 – REVISÃO DO PLANO DE PORMENOR DA ZONA INDUSTRIAL DO ALTO DOS BACELOS – Período de Discussão Pública-----**

Na sequência da deliberação de Câmara de 22 de Maio de 2002, e depois de consultadas as entidades representativas dos interesses a ponderar e tendo em conta o parecer emitido pelas mesmas, a CCDRA emitiu parecer favorável à Revisão do Plano.-----

O Sr. Presidente distribuiu cópia do parecer emitido pela CCDRA , bem como dos pareceres das entidades representativas.-----

Nos termos dos n.ºs. 4 e 5 do art.º 77º do Decreto-Lei n.º.310/2003 de 10 de Dezembro, a **Câmara Municipal deliberou, por maioria, com três votos a favor e dois votos contra, prosseguir a tramitação do plano, procedendo à abertura do período de discussão pública durante o prazo de 22 dias.**-----

Os vereadores eleitos pela CDU, votaram contra, a abertura do período de discussão pública, não pelo período de discussão em si, mas por entenderem que previamente à abertura da discussão pública da Revisão do Plano de Pormenor da Zona Industrial do Alto dos BaceLOS, essa mesma revisão deveria merecer uma discussão no Órgão Colegial Câmara Municipal que aprovasse essa mesma proposta para depois a submeterem à

discussão pública. Sobre o Plano, lamentam, mas só se podem pronunciar enquanto público não como vereadores.-----  
Usou da palavra o Sr. Presidente referindo que, relativamente a este assunto, o entendimento da maioria não é o mesmo do vereador Joaquim Serra. Entendem que não é isso que a legislação refere e por isso a decisão da maioria foi por sugestão inclusivamente da CCDRA, que enviou ontem o fax, para que fosse hoje tomada uma decisão para se ganhar tempo – é esta a razão. Referiu ainda que, por não haver tempo, este ponto já não pode seguir para a Assembleia de Setembro – vai ter que se realizar uma sessão extraordinária.-----

### **PONTO 2.13 – ACTIVIDADES DA CÂMARA.**-----

**O Senhor Presidente informou que, para além das actividades normais de funcionamento e gestão, desde a última reunião de Câmara participou:**-----

- ✓ Reunião na RTE sobre o Programa “Balanço do Programa PETER da Zona dos Mármore”.-----
- ✓ Reunião no IPPAR.-----
- ✓ Reunião com o Engº Marques e Engª Céu Franco sobre a avaliação do património referente às águas e esgotos, relativamente à proposta enviada pelas Águas do Centro Alentejo, que em nossa opinião não estão correctamente avaliadas.-----
- ✓ Participação no IV Aniversário do Grupo Cultural e Desportivo da Nora.-----
- ✓ Reunião no GAT de Évora.-----
- ✓ Reunião na CCDRA sobre a EDC’Mármore.-----
- ✓ Reunião com a empresa PERFORM, sobre o estudo do trânsito e estacionamento, cuja proposta está concluída e está à disposição de quem a quiser consultar. Vai haver uma sessão pública de apresentação, dia 30 de Agosto, às 19:00 horas.-----
- ✓ Reunião com o Arqº Amorim e os proprietários dos terrenos, sobre os quais vai incidir o Plano de Pormenor da Zona Norte.-----
- ✓ Reunião do Conselho de Administração da EDC’Mármore.-----
- ✓ Reunião com o responsável do Eléctrico-Bar.-----
- ✓ Participação na entrega dos Prémios do Torneio do Futebol de Salão.--
- ✓ Reuniões (2) na CCDRA – uma no âmbito das Candidaturas aos Instrumentos de Planeamento aprovadas na AIZM (Estudo Global do Plano de Pormenor do Alto dos Bacos e PDM – espera-se que os trabalhos continuem a aparecer e a intensificarem-se as reuniões e actividades durante o mês de Setembro. Outra reunião, que decorreu ontem, sobre o Programa REVER-MED. O Sr. Presidente informou,

que nesta reunião estiveram presentes as Câmaras de Borba, Arraiolos, Mora, Mértola e Grândola. Agora vai ter que reunir com as Câmaras da Zona dos Mármore para se tentar fazer a Candidatura para o aproveitamento da linha férrea para a Eco-pista.-----

**O Vereador Humberto Ratado, relativamente aos seus pelouros, prestou as seguintes informações:-----**

- ✓ Representação no Aniversário do Grupo Desportivo e Cultural da Nora. -----
- ✓ Apoio à Concentração de Motar's.-----
- ✓ Representação na entrega de prémios do Torneio de Futebol de 5, realizado pelo Sport Clube Borbense no Pavilhão Desportivo.-----
- ✓ Reunião de Núcleo da Rede Social.-----
- ✓ Preparativos das Festas em Honra do Senhor Jesus dos Aflitos – Borba-----
- ✓ Apoio nos preparativos das Festas de Orada.-----
- ✓ O vereador Humberto prestou a seguinte informação, que se reporta a uma questão colocada pelo vereador Joaquim Serra, na penúltima reunião de Câmara, sobre o horário e funcionamento das Piscinas Municipais: Referiu que relativamente ao que foi dito pelo vereador Joaquim Serra, ou seja, que no dia 06 de Julho (terça-feira) os miúdos foram colocadas para fora das piscinas às 19:00 horas, quando o horário de encerramento era até às 20:00 horas, a informação que teve a indicação dos funcionários que estavam ao serviço nesse dia, foi a seguinte: “na terça-feira dia, 6 de Julho, e ao contrário do que foi dito em reunião de Câmara, a piscina esteve aberta até às 20:00 horas, tal como está estabelecido. Os utentes deixaram o recinto das piscinas mais cedo devido às condições climatéricas serem um pouco adversas, mas nunca que nenhum funcionário responsável lhes indicação para sair”.-----

Entretanto o vereador Joaquim Serra disse ao vereador Humberto que o que referiu, nessa reunião, não foi para ir falar com os serviços, foi apenas para procurar averiguar se esse tipo de situações se passavam, ou não, daí para a frente. É lógico que se vai perguntar ao funcionário, a que horas encerrou a piscina, este lhe responde que encerrou às 20:00 horas, porque é esse o horário.-----

O vereador Humberto referiu que tinha que confrontar esta situação com os técnicos, para saber se efectivamente se tinha passado ou não, e na altura não respondeu porque não tinha provas para tal. No entanto, tem que confiar nos técnicos e, o seu dever era questioná-los sobre o que tinha acontecido, e foi aí que lhe disseram que no dia 6, tal situação não

aconteceu, aconteceu sim nos dois dias em que decorreu a meia-final e a final do Euro/2004, porque essa autorização lhes foi dada.-----

O vereador Joaquim Serra referiu que também tem que acreditar nas pessoas que o informaram, no entanto, não pediu ao vereador Humberto que confrontasse os técnicos, mas sim que tentasse averiguar se havia situações daí para a frente.-----

**O Vereador Artur Pombeiro informou o restante executivo das actividades relativas aos seus pelouros:-----**

- ✓ Arranjos de caminhos rurais. Estão quase concluídos os da UNOR 2.-
- ✓ Reparação de dois caminhos na aldeia da Nora – os caminhos onde habitualmente há fogos.-----
- ✓ Festas de Nora, Rio de Moinhos e Orada – apoio em transportes e montagem de arraiais.-----
- ✓ Av. de Bombeiros – continuação de abertura de valas e instalação de tubagens.-----
- ✓ Jardim Municipal – continuam as obras de enterramento de cabos e tubagens e montagem do repuxo.-----
- ✓ Continuação da limpeza de bermas e valetas por todo o concelho.-----
- ✓ Trabalhos de remodelação da Rede de Águas da Nora – as obras estão praticamente paradas, devido às férias do pessoal e todas as outras obras decorrem com alguma dificuldade.-----

-----  
. Entretanto o Sr. Presidente apresentou a seguinte questão: “Teve conhecimento que, em tempos, o GAT de Estremoz fez dois projectos sobre águas e esgotos para Borba e para Vila Viçosa. Coloca esta questão porque ela vem na sequência de uma reunião que decorreu na RTE sobre o URBCOM. Há alterações a fazer na rede de águas e esgotos, e da parte da CCDRA há alguma abertura no sentido de apoiar essas alterações. Segundo informações que tem o projecto de Vila Viçosa está praticamente actualizado, não tendo havido grandes alterações. Quanto ao projecto de Borba, está a pensar entrar em contacto com o Eng<sup>o</sup>. Vitor Silva, que era na altura o responsável pelo GAT e pedir-lhe algumas informações, se o projecto existe, ou não. Isto porque, se o trabalho já estiver feito, gastar-se-ia muito menos dinheiro a fazer uma actualização do que um estudo novo.-- Perguntou, então, ao vereador Joaquim Serra se tem algum conhecimento sobre este assunto.-----

Entretanto o vereador Joaquim Serra respondeu que não tem qualquer conhecimento sobre o assunto. Quando chegou à Câmara já nem sequer existia o GAT de Estremoz, já o pessoal tinha passado para o GAT de Évora. No entanto, parece-lhe que este projecto não seja do tempo do Eng<sup>o</sup> Vitor Silva, e se for já deve estar muito desactualizado. No entanto há

funcionários dos serviços técnicos da Câmara que trabalharam com o Eng<sup>o</sup>. Vitor Silva no GAT de Estremoz (o Sr. Manuel Grego) que poderá adiantar mais alguma coisa.-----

Entretanto o Sr. Presidente perguntou ao vereador Joaquim Serra se não vê inconveniente que ele venha à próxima reunião de Câmara para tentar explicar o que se passa. O vereador Joaquim Serra referiu não entender porque é que o Eng<sup>o</sup> Vitor Silva tem que vir à reunião de Câmara – esta é que é mesmo uma medida de gestão em que os vereadores da oposição não têm nada que ver com isso.-----

**. Entretanto o vereador Joaquim Serra voltou a pedir que lhe fossem facultados os seguintes elementos:-----**

- ✓ Mapa dos financiamentos comunitários com todas as candidaturas-----
- ✓ Execução orçamental/Julho-----
- ✓ Dividas a fornecedores e a contratualização-----
- ✓ Mapa dos empréstimos actualizado.-----

**O vereador Joaquim Serra apresentou ainda as seguintes questões:-----**

“Foram publicados, recentemente, em 04 de Agosto/04, através da Portaria n<sup>o</sup>.982/04 os coeficientes, dentro dos quais os meios estabelecidos no Código do Imposto Municipal sobre Imóveis CIMI – que define os coeficientes a afixar para o imposto municipal sobre imóveis no que diz respeito ao coeficiente de localização. Referiu que a proposta que existe para Borba varia entre 0,4 e 0,9. É um trabalho que é feito pelas Finanças mas, previamente, a Câmara deveria ter sido consultada sobre os valores propostos e ter dado parecer. Perguntou então ao Sr. Presidente se a Câmara deu algum parecer, tendo sido respondido pelo Sr. Presidente que não sabe de nada e não deu parecer nenhum. O vereador Joaquim Serra acrescentou que, neste momento, estão definidos os zonamentos e as Finanças decidiu que em Borba o coeficiente de localização é de 0,9, ou seja, tanto faz que uma casa esteja situada no centro histórico ou num loteamento de luxo, o coeficiente é sempre o mesmo. A partir daqui é que vai ser calculado o valor dos imóveis e, assim, em Borba a localização não conta porque o coeficiente é todo de 0.9. Depois na Orada é de 0,6, em Rio de Moinhos é de 0,7 . O que a Lei diz é que a Câmara tem que ser consultada e dar parecer sobre estes zonamentos – pois se o Sr. Presidente se lembra, no início do ano passado foi nomeada uma técnica da Câmara para fazer esse acompanhamento. Desse acompanhamento deveria ter resultado uma proposta das Finanças que teria que vir a uma reunião de Câmara para se pronunciarem sobre os valores. Acrescentou ainda ter conhecimento que, na zona, todas as Câmaras se pronunciaram e existem algumas que se pronunciaram desfavoravelmente aos valores que lhes foram apresentados e os mesmos foram corrigidos. Neste caso, a Vila de

Borba vai ser toda considerada com o coeficiente máximo (0.9) e, se a Câmara não se pronunciou deveria denunciar esta situação, porque isto vai ter incidência na sisa e na contribuição autárquica, porque depois o valor das casas é sobre o zonamento da localização.-----

O Sr. Presidente referiu que, embora não faça a mínima ideia, a única coisa que pode ter acontecido é ter vindo algum ofício das Finanças que ele tenha despachado para a Arq<sup>a</sup> Ana, que foi a técnica nomeada para servir de interlocutora deste assunto, e como ela se encontra de licença de parto, o assunto pode ter escapado. Contudo, vai ver o que efectivamente se passou para informar posteriormente.-----

. Relativamente à correspondência que pediu, o vereador Joaquim Serra referiu que houve dois ofícios que lhe chamaram a atenção e que estão relacionados com as Águas do Centro Alentejo. Um sobre o património e a valorização do património. Referiu ter ficado perplexo com as datas dos ofícios: um, datado de 26 de Março, a enviar à Câmara a proposta de valorização e, no dia 30 de Junho ainda não havia resposta. Entretanto o Sr. Presidente esclareceu que está a retardar essa resposta, precisamente porque foi apresentada uma proposta de valorização do património que, na sua opinião, não tem nada que ver com o verdadeiro valor do património. Entretanto reuniu com a Eng<sup>a</sup> Céu e com o Eng<sup>o</sup>. Marques e foram-lhes dadas instruções para elaborarem uma proposta para depois eles analisarem e tentarem encontrar uma proposta de modo a tentar esbater as diferenças que existem. O Eng<sup>o</sup>. Marques já fez algumas visitas com técnicos da empresa aos locais, e ficaram de ver a proposta que estão a elaborar de modo que se consigam esbater essas diferenças.-----

O vereador Serra referiu que até compreende que a proposta deles venha avaliar demasiado o património, no entanto gostaria que lhe fosse facultada cópia da valorização do património.-----

O outro ofício da mesma empresa (Águas do Centro Alentejo) reportava-se ao pedido das cauções. O vereador Joaquim Serra perguntou se esta questão já foi resolvida, ao que o Sr. Presidente respondeu que a fixação das cauções está feita mas a questão só é tratada quando for assinado o protocolo de cedência dos nossos equipamentos.-----

. O vereador Joaquim Serra colocou ainda a seguinte questão ao vereador Artur Pombeiro. Referiu que foi abordado, por um munícipe que houve problemas de falta de abastecimento de água, durante dois fins-de-semana seguidos, na aldeia da Nora.-----

Entretanto o vereador Artur Pombeiro informou que houve, efectivamente, problemas de falta de abastecimento de água na aldeia da Nora dois fins-de-semana, um deles foi quando ocorreram as Festas da aldeia. A Câmara teve que recorrer aos Bombeiros do Alandroal, de modo que o carro dos

Bombeiros fizesse o abastecimento. Conseguiu-se manter o nível de água de forma que a festa decorre-se sem falta de água, mas sempre com os níveis a baixar.-----

Entretanto o vereador Joaquim Serra perguntou onde foi que abasteceram o carro de água, tendo sido respondido pelo vereador Artur que veio cheio do Alandroal e depois foi abastecido na nossa rede (junto ao Pintassilgo). O vereador Joaquim Serra referiu que o informaram que o depósito tinha sido ligado directamente a um furo de um particular e perguntou se isso foi ou não verdade? O vereador Artur Pombeiro respondeu que foi ligado a um furo particular, durante uma hora, para evitar que desferrasse. Entretanto o vereador Joaquim Serra perguntou se foi feita alguma análise recente à água desse furo e se foi feito algum aviso à população que se ia fazer esse abastecimento, tendo o vereador Artur informado que já tinha sido feita uma análise mais ou menos há um ano (agora foi apenas colocado desinfectante) e não foi feito nenhum aviso à população. “Quer então dizer que injectaram água num depósito para abastecimento sem terem uma análise recente dessa água e nem sequer foi feito um aviso à população – referiu o vereador Joaquim Serra, realçando que isto poderia ter comprometido a qualidade da água, porque embora não tenha havido consequências poderia ter havido e, no mínimo, a população deveria ter sido avisada”. O vereador Serra referiu ter sido uma situação muito arriscada, ao que o vereador Artur Pombeiro respondeu que foi tão arriscada como quando, há anos atrás, fizeram uma ligação directa ao poço do Sr. Faneca (também na aldeia da Nora). O vereador Joaquim Serra frisou que, não está a falar de há seis ou sete anos atrás, está a falar de um caso concreto que se passou agora. No entanto, quando se fez a ligação ao poço do Sr. Faneca havia análises recentes e a água foi tratada. Referiu ainda se o vereador Artur não se lembra que o ano passado numa reunião o alertou para este furo, que foi agora utilizado, poder servir em situações críticas porque era mais perto do depósito, mas também o alertou para a água ser tratada para poder servir num caso de necessidade com este.-----

. Relativamente à obra do Jardim Municipal, e sobre a questão do repuxo, o vereador Joaquim Serra perguntou em que projecto está o repuxo incluído. O Sr. Presidente informou que o repuxo faz parte de propostas de alterações ao projecto do Jardim. O vereador Artur acrescentou que o projecto fala em repuxos, mas nem sequer existe orçamento para esses repuxos.-----

. O vereador Joaquim Serra perguntou se todos têm conhecimento de um abaixo-assinado, que também ele recebeu hoje na pasta da correspondência. Entretanto o Sr. Presidente informou que foi entregue a todos os eleitos para ser discutido na próxima reunião de Câmara. O vereador Joaquim



Serra propôs então que este assunto fosse agendado para a próxima reunião de Câmara para ser discutido e analisado e que até à sua discussão não seja feita nenhuma intervenção naquele terreno. O Sr. Presidente referiu que o assunto será discutido na próxima reunião de Câmara, mas não como ponto da ordem de trabalhos. Entretanto colocou a proposta apresentada pelo vereador Joaquim Serra à votação, nomeadamente, “para que não seja feita nenhuma intervenção naquele terreno”, tendo sido rejeitada com três votos a favor e dois votos contra. Assim, o Sr. Presidente informou que se houver necessidade far-se-á intervenção no terreno.-----

Entretanto o vereador Artur Pombeiro esclareceu que este abaixo-assinado, não lhe parece fazer muito sentido, porque a maior parte das pessoas que assinam este abaixo assinado, nem sequer residem perto do local, aliás, residem quase todos no centro da Vila de Borba.-----

Contudo, o vereador Joaquim Serra referiu que não o incomoda quem assina o abaixo-assinado – existe um problema colocado à Câmara e quer vê-lo discutido, não quer que este passe como passaram os da Adegas que nem sequer vieram à Câmara.-----

Entretanto o Sr. Presidente frisou que quando o vereador Joaquim Serra votou contra este assunto, por considerar que há outras soluções, o que é certo é que nunca diz quais são as soluções – nunca diz que este é um problema complicado que não foi capaz de resolver, enquanto vá esteve e que p boicotou. Porque não realojou os ciganos – o que estão ali a fazer há tanto tempo – perguntou o Sr. Presidente.-----

O vereador Joaquim Serra frisou não boicotar coisa nenhuma e o que defende para os ciganos é um realojamento em habitações com dignidade (não em barracas).-----

O Sr. Presidente pergunta o que faz aos desgraçados dos munícipes que não têm dinheiro e não têm casas dignas – o que lhes faço? -----

“Para esses também defende um realojamento em habitações com dignidade – referiu o vereador Joaquim Serra”.-----

“Democrata como eu não sou (como diz o vereador Joaquim Serra) consigo resolver isso facilmente – rematou o Sr. Presidente”.-----

. o Vereador Joaquim Serra perguntou ao vereador Humberto qual foi o espectáculo que foi pago pela Câmara, nas Festas de Rio de Moinhos, tendo o vereador Humberto respondido que foram as variedades, mas não foi o espectáculo todo, foi só até ao montante que foi deliberado em reunião de Câmara. Perguntou ainda quais foram os grupos, o vereador Humberto respondeu que já não se lembra do nome dos grupos.-----  
Por sua vez o Sr. Presidente disse ao Sr. vereador Joaquim Serra que parece que está a fazer uma inquirição. Este por sua vez perguntou se não está no direito de o fazer?-----

“O Sr. Presidente referiu que o Sr. vereador tem o direito de perguntar, e nós respondemos quando quisermos e quando entendermos – o Sr. quer que o Sr. vereador Humberto se lembre quais foram os grupos que lá estavam...já lhe foi respondido que o grupo foi pago até ao montante decidido pela Câmara – o que quer mais senhor vereador – perguntou o Sr. Presidente”.

O vereador Joaquim Serra sublinhou que quer, primeiro que tudo, que o Sr. Presidente respeite a oposição como deveria respeitar. “... ainda mais – respondeu o Sr. Presidente”.

“Mostrou-o ao longo de toda a reunião – frisou o vereador Joaquim Serra”. “Agora é que eu vou começar a mostrar... o Sr. contribuiu para isso... – sublinhou o Sr. Presidente”.

“Eu contribui para isso... talvez sim, talvez não... a oposição incomoda, muito mais quando é feita aqui em cima da mesa das reuniões onde deve ser feita, onde são colocadas as coisas aqui na mesa do salão, que é onde este executivo reúne, não as mando fazer por mais lado nenhum – referiu o vereador Joaquim Serra”.

“Sr. vereador tem mais alguma questão a colocar – perguntou o Sr. Presidente”.

. Foi então que o vereador Joaquim Serra perguntou ao vereador Humberto Ratado que gostaria de saber qual o ponto da situação da apresentação da candidatura das Escolas, se já há alguma novidade? O vereador Humberto Ratado informou que não foi apresentada nenhuma candidatura para as Escolas, existem apenas projectos. Entretanto o vereador Joaquim Serra disse que a última informação que teve foi em Julho e que o prazo tinha sido alargado para Setembro. O vereador Humberto acrescentou que já veio um officio a informar que tinha sido alargado até Dezembro de 2004. Acrescentou ainda que aos projectos de Rio de Moinhos e Nora estão quase concluídos e depois vai avançar Borba e Orada.

. Protocolo assinado entre a Câmara e a Escola de Engenharia – o vereador Joaquim Serra perguntou como está esta questão em termos de protocolo, se há tempo ou não para a conclusão dos trabalhos. O Sr. Presidente respondeu que está previsto até final do mês de Agosto.

O vereador Joaquim Serra referiu que estava previsto um conjunto de estradas consideradas nos caminhos da UNOR 2 – perguntou se os trabalhos se têm cingido só a essas estradas ou têm ultrapassado para além do protocolo? O Sr. Presidente respondeu que foi trocada a estrada do Barro Branco com esta que estão agora a fazer. “Mas não foi feita a alteração ao protocolo em nenhuma reunião de Câmara – referiu o vereador Joaquim Serra”. O Sr. Presidente esclareceu que o protocolo não especificava as estradas, reportava-se a um conjunto de estradas mas, se

não veio a nenhuma reunião, pode ratificar-se a substituição das estradas.  
“Claro... 3 votos a favor, 2 votos contra dá para tudo – referiu o vereador  
Joaquim Serra”.

O vereador Joaquim Serra pediu que na próxima reunião de Câmara lhe  
fosse facultada cópia deste protocolo assinado.

. Usou da palavra o vereador Humberto Ratado e, voltando a um assunto  
discutido mais atrás, relativamente ao caso do realojamento da etnia cigana  
referiu que concorda plenamente quando o que o Sr. vereador Joaquim  
Serra diz que deve ser um realojamento digno e também concorda que seja  
feito não só para a etnia cigana, mas incorporar nesse realojamento pessoas  
carentiadas. Considera que esta seria a forma de se integrarem mais  
facilmente e não haver um núcleo mais fechado. No entanto, o Sr. vereador  
Joaquim Serra também sabe que estes assuntos têm que ser falados a nível  
de outras entidades, nomeadamente, o INH etc, e que são processos  
morosos. Daí não compreender com o problema que o anterior executivo  
teve, querer ver agora resolvido um problema que vai levar tanto tempo  
para resolver. Também em relação a esta situação, o anterior executivo teve  
cá bastante tempo e não desenvolveu esforços nesse sentido. Mesmo que  
não houvesse tempo para a resolução, o PS podia ter continuado, como  
continuaram muitas obras, mas esta nem sequer estava iniciada.

“Não tinha sido ainda prioridade... havia outras prioridades – disse o  
vereador Joaquim Serra”.

Entretanto o vereador Humberto Ratado afirmou não perceber porque é que  
este assunto não tinha sido prioridade no anterior executivo.

Antes de dar a reunião por encerrada, o Sr. Presidente procedeu à leitura da  
minuta da acta que, foi aprovada por unanimidade e, ficará anexa a esta  
acta dela fazendo parte integrante.

## **ENCERRAMENTO**

Por não haver mais nada a tratar o Sr. Presidente deu por encerrada a  
reunião, pelas treze horas e quarenta minutos, da qual se lavrou a presente  
acta, composta por vinte sete páginas que vai ser assinada pelo Presidente a  
por mim, Aldina Vitória Bilro Vinhas do Maio, Assistente Administrativa  
Especialista.